

## LUTAS, VOZES E NARRATIVAS: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES DE PIQUIÁ DE BAIXO, AÇAILÂNDIA-MA<sup>1</sup>

*Idayane da Silva Ferreira<sup>i</sup>*  
*Roseane Arcanjo Pinheiro<sup>ii</sup>*  
*Michely da Silva Alves<sup>iii</sup>*  
*Patricia da Silva Araújo<sup>iv</sup>*

**Resumo:** Este artigo analisa as experiências de luta das mulheres da comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia, Maranhão. Baseia-se no conceito de “colonialidade” de Quijano (2005), Assis (2014) e Reis (2020), e nos efeitos pós-coloniais no Brasil, especialmente na extração de recursos naturais em Piquiá. As narrativas revelam a auto-organização das mulheres em busca de saúde, bem-estar, moradia digna e reconhecimento de seus papéis. A comunicação comunitária, teorizada por Peruzzo (2008), é destacada como instrumento de emancipação usado pelos moradores para amplificar vozes e direcionar as lutas por direitos. A Associação Justiça nos Trilhos apoia a comunidade na busca por reassentamento longe da poluição e da morte.

**Palavras-chave:** Colonialidade. Comunidades. Mulheres. Narrativas. Piquiá de Baixo (MA).

### STRUGGLES, VOICES AND NARRATIVES: THE EXPERIENCES OF THE WOMEN OF PIQUIÁ DE BAIXO, AÇAILÂNDIA-MA

**Abstract:** This article analyzes the struggle experiences of women from the community of Piquiá de Baixo, in Açailândia, Maranhão. It is based on the concept of “coloniality” by Quijano (2005), Assis (2014) and Reis (2020), and post-colonial effects in Brazil, especially in the extraction of natural resources in Piquiá. The narratives reveal the self-organization of women in search of health, well-being, decent housing and recognition of their roles. Community communication, theorized by Peruzzo (2008), is highlighted as an emancipation instrument used by residents to amplify voices and direct struggles for rights. Associação Justiça nos Trilhos supports the community in the search for resettlement away from pollution and death.

**Keywords:** Coloniality. Communities. Women. Narratives. Piquiá de Baixo (MA).

### LUCHAS, VOCES Y NARRATIVAS: LAS EXPERIENCIAS DE LAS MUJERES PIQUIÁ DE BAIXO, AÇAILÂNDIA-MA

**Resumen:** Este artículo analiza las experiencias de lucha de las mujeres de la comunidad de Piquiá de Baixo, en Açailândia, Maranhão. Se basa en el concepto de “colonialidad” de Quijano (2005), Assis (2014) y Reis (2020), y efectos poscoloniales en Brasil, especialmente en la extracción de recursos naturales en Piquiá. Las narrativas revelan la autoorganización de las mujeres en busca de salud, bienestar, vivienda digna y reconocimiento de sus roles. La comunicación comunitaria, teorizada por Peruzzo (2008), se destaca como un instrumento de emancipación utilizado por los vecinos para amplificar voces y encaminar luchas por derechos. Associação Justiça nos Trilhos apoya a la comunidad en la búsqueda de reasentamiento lejos de la contaminación y la muerte.

**Palabras clave:** Colonialidad. Comunidades. Mujer. Narrativas. Piquiá de Baixo (MA).

---

<sup>1</sup> Este artigo tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), através de bolsa de Iniciação Científica, bolsas de Mestrado e recursos do Edital Universal 002/2019.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal analisar as experiências de vida das mulheres da comunidade de Piquiá, localizada na cidade de Açailândia (MA), incluindo suas memórias e trajetórias. O artigo também busca examinar como as narrativas femininas presentes no bairro vêm sendo uma das principais estratégias de comunicação e ferramenta política para que a comunidade obtenha seus direitos, começando pelo processo de reassentamento do bairro. Essa luta ocorre devido à poluição do ar, da água e do solo causada pelas siderúrgicas instaladas no local. O artigo utiliza como eixo teórico estudos relacionados à “herança colonial”, a partir das concepções de Assis (2014) e Reis (2020), para investigar ações pertinentes que cercam o espectro da dominação proveniente do colonialismo, relacionando-o com o cenário atual de expropriação ambiental na comunidade de Piquiá, denominado de colonialidade.

Desde a chegada das empresas siderúrgicas na década de 1980, a comunidade de Piquiá, especialmente os que moravam na parte chamada de Piquiá de Baixo, começou a se mobilizar e lutar pelos seus direitos socioambientais (ALVES; PINHEIRO; BRITO, 2019). É nessa área, Piquiá de Baixo, que as siderúrgicas se concentraram, às margens de um rio e nas proximidades da área residencial, com casas de grandes quintais, cheios de árvores frutíferas e pequenas criações.

As 315 famílias, que se uniram para deixar o bairro de forma coletiva, reivindicam a transferência para uma nova área longe da poluição, pois buscam qualidade de vida e desejam infraestrutura adequada. As famílias reúnem-se em torno de 1.500 pessoas, sendo a maioria mulheres, que estão à frente da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP). Elas participam das assembleias e formações comunitárias, das manifestações de rua, apoiam seus maridos e filhos e sustentam financeiramente suas famílias.

A maior parte da população feminina residente em Piquiá (MA) vem de áreas rurais. Isso ocorreu porque, entre os anos de 1960 e 1970, elas chegaram com seus pais na comunidade em busca de qualidade de vida e terra fértil para produzir e comercializar mandioca, milho e arroz, além de plantar para consumo próprio.

O reassentamento, que terá o nome de Piquiá da Conquista<sup>2</sup>, foi garantido no final de 2018, após longos anos de negociações com o governo federal, a prefeitura e as empresas siderúrgicas. Mesmo assim, ficou alguns meses com as construções paralisadas, voltando com as obras no início do mês de novembro de 2019. É a partir deste contexto de luta que o artigo se estrutura, a partir das seguintes temáticas:

1) Herança advinda da soberania colonial (colonialidade), na qual se fundamenta o aporte teórico da colonização e a precariedade em que se instauraram as comunidades do Brasil, especificamente do Estado do Maranhão.

2) Narrativas das mulheres, com foco na representatividade feminina nas ações da Associação Justiça nos Trilhos, que denuncia os impactos das siderúrgicas em mais de cem comunidades afetadas pela Estrada de Ferro Carajás (EFC).

3) A luta feminina no bairro, que busca compreender a atuação por meio das questões de gênero, identificando as mulheres que são porta-vozes do bairro e os processos de conquista em prol das famílias.

Foram reunidos os relatos de três mulheres: Angelita Alves de Oliveira, Francisca Sousa Silva, conhecida como Dona Tida (que foi presidente da Associação comunitária), e Antônia Flávia Nascimento. Elas são moradoras que participam ativamente dos movimentos de resistência da comunidade frente ao poder econômico e fazem a defesa dos direitos socioambientais.

Para a elaboração e estruturação desta pesquisa, utilizamos a técnica de Entrevista em Profundidade, que é uma ferramenta qualitativa e geradora de significados. Essa abordagem se baseia nas informações coletadas e na experiência de vida das entrevistadas, conforme o aporte de Duarte (2005). O foco dessa técnica é a intensidade dos relatos.

## **2. HERANÇA COLONIAL E DESUMANIZAÇÃO: A ESPERANÇA EM PIQUIÁ DA CONQUISTA**

No Brasil, por volta de 1500, instauraram-se as modalidades coloniais e a posse da corte portuguesa, que reforçavam o “sentido colonizador”. Essa ideia fantasiava a necessidade do Brasil Colônia e empregava uma “educa-

---

<sup>2</sup> No dia 26 de novembro de 2016, ocorreu uma votação popular entre os moradores da comunidade para eleger o nome oficial do reassentamento. Dos 133 votos, 96 foram para o nome de Piquiá da Conquista, que já está registrado no cartório.

ção” unificada por meio da catequização indígena, desumanizando vidas. Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder se globalizou a partir da atuação na América, afetando as vidas, as relações cotidianas, o capitalismo e o eurocentrismo.

Nesse contexto, Reis (2020, p. 115) analisa que a formação brasileira não se originou apenas do “sistema colonial”, mas também da influência das forças econômicas devido ao processo colonial de relativizar a “desumanização do humano” e convertê-lo na “humanização do capital”. Isso provocou a esquematização da “acumulação primitiva”, descrita pelos estudos marxistas como a gênese do capitalismo. Essa “engenhosidade” colonial possibilitou:

[...] que o processo de formação brasileira origina-se de uma dinâmica social, cujas relações entre os diferentes grupos e classes, contatos entre as “raças”, ocupação territorial, relações de trabalho deram-se a partir da entidade, tão interior e exterior à realidade, da produção de gêneros para o comércio exterior: a base a qual se conformou o colonialismo (REIS, 2020, p. 117).

Dessa forma, evidencia-se que o aporte histórico do colonialismo, no que se refere ao passado e à objetividade da relativização humana engendradora, posteriormente nomeada de colonialidade, desenvolveu-se na perversão do eurocentrismo, aliada às ideologias capitalistas. Esse processo utilizou como viés econômico a demarcação de poder por meio da desvalorização dos dependentes, permitindo que essas matrizes capitalistas avançassem até hoje pela extração dos recursos naturais, perpetuando a exploração em qualquer forma que se apresente.

Consequentemente, Assis (2014) afirma que esses domínios atribuídos pela civilização forçada resultaram na “periferia do capitalismo”. Ao aproveitar esse conceito sobre a periferia capitalista atribuída por Assis (2014), observa-se, no entanto, a concepção de Reis (2020) em seu estudo sobre colonialismo e colonialidade. Com embasamento teórico na obra de Caio Prado Jr (2011), o autor identifica cinco noções que explicam de maneira oportuna a relação entre a herança colonial e os padrões de dominação assegurados pela colonialidade existentes até hoje em comunidades brasileiras. Essas noções são destacadas por:

1) Povoamento: zonas estratégicas de enriquecimento a partir das instalações e suas estruturas de movimento; 2) Grande Lavoura: espaços ininter-

ruptos de produção com grande valia internacional, começando pela exportação da produção; 3) Agricultura de subsistência: “contribuição pacífica”; 4) Mineração: instalações siderúrgicas para produção mineral de ferro-gusa, geralmente estabelecidas em ambientes marginalizados; e por último 5) Administração: ocupação das terras, revelando a dominação local e cultural dos povos.

Seguindo as estruturas da colonialidade, que vão desde a distribuição estratégica do povoamento até a extração de fontes de riqueza, relacionamos aqui a colonização do Estado do Maranhão. Sousa (2015) assegura que existem quatro razões metodológicas para transformar as dinâmicas espaciais em espaços sociais, ou seja, em “ações guiadas pela sociedade” (SOUSA, 2015, p. 101): forma, função, estrutura e processo. O autor explica que a partir desses elementos que auxiliam na percepção do espaço, ocorreu a “[...] ocupação do território maranhense de modo desigual, obedecendo duas linhas distintas de apropriação territorial: a primeira concentrada no litoral e a segunda no interior” (SOUSA, 2015, p. 104).

Historicamente, o Estado do Maranhão foi descoberto ainda no século XV pelos espanhóis e franceses, chegando inicialmente às costas litorâneas. No entanto, é no início do século XVI que se “testemunha as bases iniciais do processo de conquista e povoamento do território maranhense” (SOUSA, 2015, p. 104). Nos percursos de territorialização, ocorreram os primeiros embates decorrentes das conquistas europeias no Maranhão, resultando dos processos de colonização. Como revela Sousa (2015, p. 117), “vários episódios atestam o cenário sangrento e violento a que foram submetidas as populações autóctones”.

Já no âmbito deste artigo, a cidade de Açailândia faz parte dos 217 municípios que integram o estado do Maranhão, na região nordeste do Brasil, e retrata bem a “herança colonial” e a falsa teoria desenvolvimentista. Este artigo foca, especificamente, na comunidade de Piquiá de Baixo, localizada nesse município, e é a partir desse recorte que daremos continuidade à discussão proposta até então.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, o município de Açailândia possuía o quarto maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado e contava com aproximadamente 113.121 habitantes, tornando-se uma das cidades que compõem a Amazônia Oriental com a maior fonte de riqueza do estado.

Sendo o primeiro bairro de Açailândia, a comunidade de Piquiá sofre há 40 anos com a poluição advinda da indústria do minério de ferro, sistema de dominação colonial como citado anteriormente, e a produção de carvão. Desde o seu início, levou inúmeros cidadãos a conquistar terras na localidade e cultivar suas plantações, exercendo trabalhos com a agricultura e a pesca.

Marcada pela indústria da madeira e da seringueira, o local foi escolhido pelas siderúrgicas como uma zona estratégica de produção de minério de ferro e carvão vegetal. A demografia da cidade é interligada pelos cruzamentos ferroviários e rodoviários entre São Luís (capital do Estado) e a Serra de Carajás (Pará), de modo a construir a Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Segundo Santos (2018, p. 20), a EFC, que corta 27 municípios entre os Estados do Pará e Maranhão, afeta aproximadamente cem comunidades, e “[...] essas comunidades se organizam em coletivos para trocar experiências, estratégias de resistências e denúncias”. Entre elas está Piquiá de Baixo. Sousa (2015, p. 223) aponta que “o bairro industrial de Piquiá constitui neste cenário um retrato concreto dessas desigualdades intraurbanas e da segregação socioespacial que se materializa no município de Açailândia”.

### **3. ELOS, ESTRATÉGIAS E PROTAGONISMO FEMININO**

A comunidade de Piquiá mantém-se mobilizada devido à força conjunta com outras organizações, como outras associações comunitárias, igrejas, centros de defesa dos direitos humanos, sindicatos de trabalhadores, universidades, etc. Esses grupos estão unidos na Associação Justiça nos Trilhos (JnT), que possui dezesseis anos de atuação e tem denunciado os problemas causados pelas indústrias siderúrgicas e mineradoras no Pará e no Maranhão, concentrando-se principalmente na defesa dos direitos das comunidades na Amazônia, especialmente no estado do Maranhão.

Trata-se de uma organização de direitos humanos que atua em territórios impactados negativamente pela cadeia de mineração e siderurgia, no chamado Corredor Carajás, região atravessada pela Estrada de Ferro Carajás. A JnT começou como uma campanha de denúncia e gradualmente se consolidou como uma Organização Não Governamental, concentrando seu trabalho em quatro áreas principais: assessoria jurídica, educação popular, alternativas econômicas e comunicação popular.

O eixo de Comunicação abrange ações de formação, assessoria de comunicação e atividades de assessoria de imprensa, além de colaborações com outras organizações na produção de conteúdo. Ao atuar em uma região onde os impactos da mineração e de sua logística recebiam pouca visibilidade dos meios de comunicação, a Justiça nos Trilhos conseguiu um feito significativo ao colocar em pauta, na imprensa estadual, nacional e até internacional, as operações e danos causados no Corredor Carajás, tornando conhecidas as violações de direitos humanos que ocorrem em Piquiá de Baixo.

Isso foi possível graças às ações de comunicação comunitária que incorporam as narrativas dos moradores e moradoras que lidam diariamente com a negligência socioambiental, em conjunto com as estratégias do jornalismo alternativo, que também se concentram em informar a própria comunidade. É por meio dessa comunicação que as vozes e rostos das mulheres estão sendo conhecidos e reconhecidos, suas palavras, imagens e ações começam a ecoar do bairro para o mundo, trazendo consigo seu passado e presente, suas memórias e trajetórias.

É o caso de Dona Tida, que esteve à frente da Associação de Moradores e participou da campanha para erguer o Clube de Mães. O local acolhia bancos de leite e distribuía cestas básicas, mas atualmente está sendo utilizado para o curso de mulheres artesãs. Outra moradora, a jovem Antônia Flávia, viajou para a Itália e Suíça para falar sobre as dificuldades enfrentadas no bairro e as estratégias de contenção diante das siderúrgicas e do estado. Existem outras mulheres no bairro envolvidas em ações coletivas.

Das comunidades acompanhadas pela JnT, Piquiá de Baixo é a única que possui um site específico, cujo objetivo é registrar sua memória e informar sobre o processo de reassentamento. O site é gerenciado pelos jornalistas da JnT, mas recebe colaboração dos moradores na produção de conteúdo. Além disso, entre 2019 e 2021, a organização contou com duas bolsistas de comunicação, moradoras de Piquiá, para a produção de materiais.

Além do site, as redes sociais Facebook e Instagram da JnT também registram as ações da comunidade de Piquiá. A intenção é fazer com que mulheres e homens da comunidade se sintam protagonistas, narrando as ocorrências e novidades locais. Moradores têm participado ativamente em viagens, assembleias e reivindicações.

Ao analisar o conceito de comunicação comunitária, também denominada

popular, alternativa ou participativa, Peruzzo (2008) aponta que ela se baseia em princípios públicos, sem fins lucrativos, visando promover a participação ativa da população. Esse tipo de comunicação “engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle de associações comunitárias, movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos” (PERUZZO, 2008, p. 368).

Quanto ao jornalismo alternativo, que é uma prática da JnT ao cobrir as atividades da comunidade nas plataformas digitais, Possebon (2011) afirma que seu objetivo é suprir as lacunas deixadas pelo discurso hegemônico dos grandes veículos midiáticos. Ao mesmo tempo, propõe novas formas de gestão da produção jornalística, contrapondo sempre os conteúdos da grande mídia e dando voz àqueles que comumente não são considerados fontes oficiais. Experimenta-se formas de gestão não voltadas para o lucro (POSSEBON, 2011).

Do ponto de vista das terminologias sobre comunicação popular/comunitária e alternativa, tanto Possebon (2011) quanto Peruzzo (2008) demonstram que há hibridismo nesses processos comunicacionais, de modo que não existe um limite bem definido entre uma e outra.

De acordo com as reflexões propostas por Possebon (2011), as estratégias comunicacionais desenvolvidas pela Justiça nos Trilhos em Piquiá (e em outras comunidades do Corredor Carajás) se encaixam como jornalismo alternativo. Isso ocorre porque a organização cumpre a função de divulgar as ações, discussões e ideias sobre a comunidade, atuando tanto para pautar as mídias tradicionais quanto utilizando canais próprios para contrapor os discursos hegemônicos sobre o setor de mineração e siderurgia.

#### **4. PERCURSOS METODOLÓGICOS**

Como o principal objetivo deste trabalho é analisar o protagonismo de três mulheres - Angelita Alves de Oliveira, Francisca Sousa Silva (conhecida como Dona Tida) e Flávia da Silva Nascimento - moradoras que lutam para que os direitos da comunidade de Piquiá sejam respeitados, consideramos a Entrevista em Profundidade o método mais adequado para o trabalho. Isso ocorre porque é uma técnica de análise qualitativa que explora temas a partir de informações, experiências e percepções dos entrevistados. Conforme pontua Duarte (2005), o foco da Entrevista em Profundidade é a intensidade das respostas, não representações estatísticas.



Segundo o autor (2005, p. 62), “a entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte”. Dessa forma, buscamos analisar as respostas das entrevistadas com base em suas próprias percepções diante de suas vivências, abordando as questões de gênero que as englobam e a relevância da memória coletiva da comunidade.

As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2017 e 2021, como parte da pesquisa “Cartografia Social de Piquiá de Baixo, em Açailândia (MA): trajetórias, memórias, política e ativismos digitais” (2020 a 2022), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Os diálogos envolveram diversos temas, como a chegada da família da entrevistada no bairro, as primeiras lembranças do local, casamento e nascimento dos filhos, formas de sustento da família, acesso à saúde, educação e outros direitos, chegada das siderúrgicas e impactos da presença delas no cotidiano, momentos desafiadores e sentimentos em relação ao novo bairro.

A entrevista com Angelita foi realizada na casa da moradora, às margens da BR-222 e nas proximidades de uma das siderúrgicas. Ocorreu no segundo semestre de 2017, durante os primeiros contatos com os moradores. A entrevista com Dona Tida foi presencial e realizada na sede do Clube de Mães no bairro, no final de 2019. No entanto, devido à pandemia, os relatos de Antônio Flávia Nascimento foram gravados por meio do Google Meet, em contato no final do ano de 2021.

## **5. ANGELITA, TIDA E FLÁVIA: QUEM SOMOS, O QUE QUEREMOS E PARA ONDE VAMOS?**

No livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” (1989), a escritora nordestina Nísia Floresta destaca a luta feminina na sociedade brasileira do século XIX, regida pelo patriarcalismo e pela ideologia escravocrata. O processo de conquista do espaço feminino no Brasil continua até os dias de hoje, com símbolos de força e resistência presentes em ativistas, grupos feministas e movimentos de mulheres rurais. A título de exemplo, temos o alcance do “pátrio poder” feminino na Constituição de 1988, que garante alguns direitos e obrigações.

Para entender melhor, é necessário voltar ao século XVIII, especificamente

entre os anos de 1730 e 1790, com as revoluções femininas que observaram a percepção e a inserção das mulheres nos campos social, político e econômico, bem como suas respectivas restrições. Vale lembrar que a inglesa Mary Astell, no livro “Some reflections upon marriage” (Algumas reflexões sobre o casamento), já ironizava a sabedoria masculina e questionava o fato de que todos os homens nascem livres e todas as mulheres nascem escravas (ZOLIN, 2005). Diante dessa afirmação, os homens seriam sempre os provedores da casa, enquanto as mulheres seriam meras ajudantes fiéis dos maridos e meras reprodutoras.

Dessa forma, é comum imaginar que o modelo de “Luta Feminina” se encaixa apenas no perfil político-ideológico de mulheres urbanas, brancas e de classe média como ponto-chave, levantando questionamentos sobre sua própria existência. Conforme Rodríguez Magda (2007), o processo de transmodernidade tem como objetivo libertar diferentes teorias sociais e elementos combinados de ação, resultando em uma notoriedade sistemática para que todos os direitos femininos sejam considerados e reconhecidos, sem serem ultrapassados.

Na tentativa de inserir esse perfil político contextual nas ações das mulheres lutadoras da comunidade de Piquiá, é perceptível que a palavra e o movimento feminista são totalmente desconhecidos para as partes envolvidas, mas o elemento de luta é politicamente direcionado (ALVES; PINHEIRO; BRITO, 2019). Tratando-se de uma comunidade, é indispensável não pensar apenas no coletivo e em todo o processo de marginalização. O formato de luta revela outra face: a influência de vir a existir não apenas como população feminina, mas também o direito à existência humana diante da violência estatal e sua representação.

A representação de “comunidade” pode ser acionada quando se trata de protestos ou da vocalização de tragédias que [atingem] essas populações e carrega a necessidade de reconhecimento dos moradores por parte das instituições, dos governantes ou dos meios de comunicação de massa. Nesse caso, “comunidade” diz respeito ao conjunto dos moradores em suas formas possíveis – ainda que muito frágeis – de agregação coletiva (FRIDMAN, 2008, p. 97).

Como dito anteriormente, desde a chegada das empresas siderúrgicas, na década de 1980, a comunidade de Piquiá começou a se mobilizar e lutar pelos seus direitos socioambientais. Outras famílias fizeram acordos com as empresas e receberam indenizações, venderam ou alugaram as casas,

ou deixaram de vez o bairro. Com isso, as mulheres participam ativamente na mobilização. Dona Angelita, 74, é uma delas, ela entende bem como funciona o processo e ressalta: “Eu sei que a gente já tem feito um bocado de coisinha, é o jeito a gente se mexer, não é?”<sup>3</sup>.

Entre as iniciativas tomadas por mulheres de Piquiá está a construção do Clube de Mães, cujo objetivo principal era ser um ponto de apoio à comunidade, compartilhando doações de leite e alimentos com outras mães. Atualmente, o espaço funciona como uma oficina para mulheres artesãs de Piquiá. Ao se unirem em prol da comunidade, essas mulheres simbolizam a força de suas famílias e a luta pela preservação de seus territórios.

Para Dona Angelita, é necessário sempre ter fé no processo de mobilização e inserção nas lutas comunitárias: “Essa frase para mim é muito positiva: A fé é o caminho para todas as virtudes e a falta de fé é o caminho para todas as falências”. Moradora do bairro de Piquiá desde 1975, Dona Angelita viu seu bairro se expandir durante a década de 1970 e se transformar em um parque siderúrgico a partir da década de 1980. Em muitas de suas lembranças, ela recorda como era viver na comunidade antes das siderúrgicas: “Aqui era um lugar muito bom, tinha muito comércio, era um lugar bem movimentado nesse Piquiá de Baixo”. O bairro é um dos mais antigos do município de Açailândia. As primeiras famílias chegaram na década de 1960, e a primeira escola foi fundada em 1974.

A ocupação do bairro pelas siderúrgicas é uma opressão baseada nas atribuições da colonialidade, sendo uma situação lamentada pelos moradores. Dona Angelita detalha como foi o processo de instauração dessas empresas: “Primeiro foi a Pindaré [siderúrgica]. Quando era só ela, a gente não pensava que teria esse grande impacto, não, mas quando a Gusa Nordeste [siderúrgica] montou aqui, aí foi desenfreado mesmo. Acabou com tudo, eles não têm respeito por nada”.

A narrativa de Dona Angelita diante do desrespeito das siderúrgicas já denuncia como funciona o cotidiano entre os moradores junto às empresas. Isso se deve ao fato de que, além da poluição ambiental na comunidade, há também a poluição sonora. Piquiá está localizada na rota da indústria de ferro Gusa Nacional, o que significa que, a cada vinte minutos, um trem passa pela linha de ferro atrás do povoado e buzina, inclusive durante a

---

<sup>3</sup> Entrevista Dona Angelita Alves de Oliveira, outubro de 2017.

madrugada, transportando o minério extraído das minas de Carajás.

Dona Angelita cita algumas das mobilizações das quais participou com o objetivo de reivindicar a luta por seus direitos socioambientais:

Durante todo esse tempo, nós já fomos algumas vezes na promotoria pública, reivindicar, já ficamos ali na frente da Gusa [siderúrgica]. Já fui a São Luís com Seu Edvar (In memoriam) [ex-morador da comunidade de Piquiá], doutor Danilo [advogado e representante jurídico da comunidade de Piquiá] e o padre Dário [missionário comboniano].

Ao nos depararmos com a autonomia feminina presente na comunidade de Piquiá, através da narrativa de Dona Angelita, presenciamos a importância de dar espaço às vozes não hegemônicas. É por meio disso que Ribeiro (2017, p. 40) analisa a categoria da funcionalidade das vozes marginalizadas, identificando que “ao promover uma multiplicidade de vozes, o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universalizar”.

A voz de Dona Angelita ganha força ao falar da opressão promovida por empresas que poluem e exploram seu povoado, visando apenas o lucro sem se importar com as pessoas. Ela vivencia na própria pele os efeitos dessa opressão. Como bem salienta Dona Angelita, há uma enorme diferença entre “ouvir falar” sobre as atrocidades vivenciadas pela comunidade de Piquiá e “vivê-las”:

Ouvir falar do problema é uma coisa, mas viver o problema como nós vivemos é muito diferente, se vocês tivessem uma netinha de dois meses ou três num lugar daquele, estariam preocupados, como eu estou com a minha netinha, que está começando a vida num lugar daquele, por quê? Porque é o nosso lugar. Nós chegamos bem antes dessas empresas e eles chegaram sem nenhum respeito pelo ser humano, e tenho certeza que vocês podem e devem intervir na nossa luta, entrar de cara, porque essa luta é nossa, mas vocês também têm uma grande responsabilidade com o problema.

Esse é um trecho em que Dona Angelita falou, durante uma reunião em São Luís, para cobrar uma atuação mais presente do Estado diante do que estava acontecendo com o povoado de Piquiá. Ao analisar o ativismo de Dona Angelita sob a perspectiva de gênero, ressalta-se a importância de seu papel em uma sociedade ainda dominada por uma cultura patriarcal. É

necessário pensar em ações que abarquem todas as pautas presentes nos movimentos sociais, especialmente nos movimentos de mulheres: classe, raça, geração, sexualidade, entre outros (RIBEIRO, 2017; VILLWOCK *et al.*, 2016; HOOKS, 2018).

Há uma narrativa coletiva para a preservação da memória social dentro de uma comunidade, relacionada ao direito de conhecer o passado e compreender todos os recursos de enfrentamento. Para Ribeiro (2017), cada indivíduo tem experiências e pontos de vista distintos sobre a sociedade, e a vivência no papel social que ocupa influencia sua perspectiva de luta.

As vivências de Francisca Sousa Silva, 78, conhecida como Dona Tida, exemplificam muito bem quais critérios são utilizados para manter a mobilização social feminina no centro da questão. Isso porque ela começou a trabalhar muito cedo nas casas de outras pessoas, ficou órfã do pai aos sete anos e foi criada apenas por sua mãe, dona Josefa Maria da Conceição, juntamente com seus dez irmãos. Aos nove anos, ela já cuidava da família e da casa de outras pessoas para sobrevivência. Dona Tida lembra que a infância nunca foi fácil, repleta de sofrimentos e falta de oportunidades: “Nós éramos muito pobres e a família era muito grande e minha mãe sofreu muito com a gente, nunca tive aquela oportunidade de brincar ou de estudar, eu não ia para escola porque não tinha tempo de estudar”.

A história do Brasil cabe nesse discurso, mais precisamente nas comunidades. Isso se deve à falta de oportunidades e, principalmente, ao descaso público. Como bem direciona Schaaf (2003, p. 425): “[...] grandes setores da população vivem na pobreza e carecem das mínimas condições de acesso a informações sobre o funcionamento da sociedade, não podendo, por isso, interpretá-las”.

A chegada das siderúrgicas na comunidade de Piquiá de Baixo refez todo o projeto de vida boa e acolhimento familiar que Piquiá tinha nos anos de 1960 a 1980. Nas lembranças de Dona Tida, Piquiá era o melhor lugar para se viver: “era uma coisa linda, tinha rio que a gente podia beber da água, tomar banho”. O sonho de muitas famílias e a construção de identidade no lugar tornou-se um pesadelo coletivo. Desde então, lutar tornou-se um retrato da consciência dos acontecimentos, assim como nas palavras de Dona Tida:

Eu criei todos os meus filhos aqui. Elas (siderúrgicas) foram chegando e foram montando forno e com aqueles fornos começaram a poluir e nós percebemos que a gente não poderia continuar ali, era muita coceira,

dor nos olhos. Com essa poluição seu Edvar já estava se mobilizando para entrar na justiça por conta do sofrimento, a partir dos primeiros passos do Seu Edvar, ele me convidou para ficar na diretoria (Dona Tida)<sup>4</sup>.

No decorrer da entrevista, observa-se que Dona Tida pensa no futuro com brilho nos olhos. Ela está por dentro de toda movimentação sanitária, social e política que envolve Piquiá de Baixo. Não é sem motivo que o nome do bairro em processo de reassentamento é Piquiá da Conquista, representando toda a luta, toda lágrima e toda a sua vida. Dona Tida é integrante do Clube de Mães, foi presidente da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo, mãe de nove filhos, viúva, filha, irmã e ativista social. Ela é, antes de tudo, mulher.

Antônia Flávia Nascimento, 29, é a mais jovem entre as entrevistadas. Foi criada na comunidade, onde cresceu e construiu sua família. Caçula de sete irmãos, é mãe de três filhos e ativista de causas socioambientais da comunidade de Piquiá. Seu protagonismo em prol dos direitos dos moradores de Piquiá é fruto da influência e apoio de seus pais e dos padres Dário e Máximo, missionários combonianos:

O início dessa trajetória foi mais pelo empurrão do meu pai, que não está mais presente, ele fazia parte da diretoria da Associação – foi o primeiro presidente logo após o Seu Edvar. Pegou a primeira ata e deu esse ponta pé inicial, então sempre foram os meus pais, porque quando eu entrei foi meu pai que me deu esse empurrão, juntamente com o padre Dário e o padre Máximo, mas eu também digo que tenho a minha mãe, ela sempre foi meu braço direito porque eu já tenho filhos e se não fosse ela para ficar com meus filhos eu não estaria na diretoria, não estaria representando a diretoria. Estou onde estou hoje por conta deles (ANTÔNIA FLÁVIA)<sup>5</sup>.

Esse pequeno trecho da fala de Antônia Flávia, assim como as falas transcritas de Dona Tida e Dona Angelita, deixa claro que o contexto social vivenciado por elas ampliou a visão sociopolítica dessas mulheres, além de motivar o ativismo desenvolvido por elas. Esse comportamento se fundamenta, conforme Hooks (2015, p. 11), “assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situações de opressão, muitas vezes adquirem uma consciência sobre a política patriarcal”. Como consequência, Angelita, Tida

---

<sup>4</sup> Entrevista com Dona Tida, setembro de 2019.

<sup>5</sup> Entrevista com Antônia Flávia da Silva Nascimento, agosto de 2021, via Google-Meet.

e Antônia Flávia buscam meios de combater e resistir às opressões vivenciadas, reconhecendo-se como protagonistas de suas próprias histórias e defendendo seus territórios.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou reflexões sobre o processo de colonialidade, um aporte teórico que esclarece a compreensão das formas desumanas de exploração do capital, que remonta ao processo de colonização do território e que se faz presente na atualidade através da exploração econômica dos recursos naturais e do desprezo pelas populações locais, que sofrem com o descaso das forças econômicas e políticas, que as lançam em zonas de exclusão e miséria.

É com uma mobilização coletiva que a comunidade de Piquiá, localizada na cidade de Açailândia (MA), se insurgiu contra o movimento de poluição da água, solo e ar na localidade, que é atravessada pelo Corredor Carajás, que transporta o minério extraído na Serra dos Carajás (PA) para o Porto de Itaqui (São Luís do Maranhão) para exportação. A indústria do minério se utiliza das siderúrgicas para o beneficiamento do produto, processo que gera imensa degradação ambiental, adoecimentos e mortes, sob o silêncio dos agentes públicos. Parte das famílias atingidas, 315 delas, se uniram a outras organizações sociais - reunidas na Associação Justiça nos Trilhos - para saírem juntas para um novo bairro, organizado por meio de pressões, processos judiciais e mobilização política, entre os anos de 2005 e 2018.

As narrativas, captadas pelas lembranças, expressam: 1) Reconhecimento do empoderamento delas e da atuação positiva da comunidade durante o enfrentamento das pressões econômicas e políticas; 2) Surgimento das lideranças femininas e a necessidade do fortalecimento da comunidade frente ao desrespeito aos direitos; 3) Perda de uma vida e de história familiar em função da poluição, que pode ser minimizada pela construção do novo bairro; 4) Leitura crítica sobre o discurso e instalação das siderúrgicas, que se apresentaram sob a falsa promessa de desenvolvimento, cujo projeto degradou o bairro, afastou famílias e prejudicou a coletividade; e 5) Esperança na luta que resultou na construção do bairro Piquiá da Conquista, cujas obras estão em andamento, com previsão de entrega em 2023.

Uma outra estratégia foi a comunicação comunitária, que está segmentada na comunidade através das narrativas de vida, marcada pelas relações in-

terpessoais, intergrupais e pelo ativismo digital. As memórias e trajetórias das mulheres se fazem presentes na mobilização, com destaque para o protagonismo delas em várias frentes: na família, na associação de moradores e nas mobilizações.

Djamila Ribeiro (2017) e Bell Hooks (2018), entre outras autoras e autores, amparam a análise das experiências de vida e luta das mulheres de Piquiá. Faz-se necessário amplificar as vozes das mulheres contra todas as opressões, especialmente aquelas que estão em espaços não hegemônicos, como mulheres negras, agricultoras, indígenas, pobres e excluídas.

As trajetórias delas nos mostram a união feminina em busca da liberdade sociopolítica, socioeconômica e socioambiental, articulando-se para combater as violências das expropriações em seus territórios. Elas promoveram o trabalho coletivo e político por meio de um processo intenso, desigual e repleto de tensionamentos. A pesquisa aqui apresentada pode contribuir com referências para novas investigações sobre a atuação das mulheres, suas memórias e estratégias comunicacionais em espaços comunitários em zonas rurais, urbanas, quilombolas e indígenas no estado do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Michely da Silva; PINHEIRO, Roseane Arcanjo; BRITO, Nayane. Análise das notícias sobre Piquiá de Baixo no Jornal Nossa Voz. In: XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste - INTERCOM, 21., 2019, São Luís. **Anais eletrônicos** [...]. São Luís: INTERCOM, 2019. Disponível em: <https://curtlink.com/ct6CKhu>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, p. 613-627, 2014.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FRIDMAN, Luis Carlos. Morte e vida favelada. In: SILVA, Luiz Antonio Ma-



chado da. (org.). **Vida Sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 16, p. 193-210, 2015.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MAGDA, Rosa María Rodríguez. **Transmodernidad**. Valência: Anthropos, 2004.

NASCIMENTO, Antônia Flávia. **Entrevista**. [ago. de 2021]. Entrevistadora: Michely da Silva Alves. Açailândia, 2021.

OLIVEIRA, Angelita Alves de. **Entrevista**. [out. 2017]. Entrevistadora: Roseane Arcanjo Pinheiro. Açailândia, 2017.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra chave**, Bogotá, v. 11, n. 2, 2008, p. 367-379.

POSSEBON, Alessandra. Comunicação Alternativa: uma reflexão sobre o jornalismo para além da grande mídia. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2011.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clasco-Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

REIS, Arthur Harder. Estudos históricos do presente: um diálogo entre colonialismo e colonialidade. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 104-134, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Larissa Pereira. **Justiça nos Trilhos**: Redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A na Amazônia. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico Ciências da Comunicação) – Instituto de Letras e Comunicação,

Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SCHAAF, Alie Van Der. Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 412-442, 2003.

SILVA, Francisca Sousa. **Entrevista**. [set. de 2019]. Entrevistadora: Michely da Silva Alves. Açailândia, 2019.

SOUSA, Jailson de Macedo. **Enredos da dinâmica urbano-regional sul-maranhense**: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. 2015. 558 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; GERMANI, Alessandra Regina Müller; RONCATO, Patrícia Eveline dos Santos. Questões de Gênero no Mundo Rural e na Extensão Rural Brasileira. **Revista Alamedas**, Toledo, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2016.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. In: BONNICI, Lúcia Osana; ZOLIN, Thomas (org.). **Teoria da Literatura**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2005. p. 101-202.

---

<sup>i</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA), campus Imperatriz. Bolsista FAPEMA/Mestrado (2022-2023).

**Orcid**: <http://orcid.org/0000-0002-0532-9644>

**E-mail**: idayaneferreira@gmail.com

<sup>ii</sup> Professora adjunta do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA), campus Imperatriz.

**Orcid**: <http://orcid.org/0000-0002-8613-0687>

**E-mail**: roseane.ap@ufma.br

<sup>iii</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA), campus Imperatriz. Bolsista CAPES/Mestrado.

**Orcid**: <http://orcid.org/0000-0002-9323-5612>

**E-mail**: michely\_alvessilva@hotmail.com

<sup>iv</sup> Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

**Orcid**: <http://orcid.org/0000-0003-4061-9441>

**E-mail**: patriciadsa00@gmail.com

**Artigo recebido em: 10 abr. 2023. | Artigo aprovado em: 30 maio 2023.**